



Manuel Marcos: O prefeito tem propostas ambiciosas para o crescimento da cidade, e se o Plano Diretor diminuir a sua ação, vai dificultar a administração municipal



Valdir Santos: Eu me absteve da votação da retirada dos projetos porque não concordo que o Plano retorne para a Prefeitura

Projetos de lei que revisam o Plano Diretor são retirados de tramitação

Secretário do Meio Ambiente, Eduardo Matos, diz que é para uma revisão dos pontos polêmicos

■ Quarta, 13 de março, a Câmara de Aracaju aprovou, por maioria de votos, o requerimento do líder do Governo, Manuel Marcos, DEM, solicitando a retirada de pauta sete Projetos de Lei, cinco deles relacionados ao Plano Diretor, inclusive aquele que o revisa. Na sessão que apreciou o requerimento, os quatro vereadores de oposição votaram contrários à retirada, e Valdir Santos, PT do B, se absteve.

De acordo com Manuel Marcos, a retirada foi feita porque o Plano Diretor precisa da opinião e do olhar do prefeito João Alves. Segundo ele, o prefeito tem propostas ambiciosas para o crescimento da cidade, e se o Plano diminuir sua ação, vai dificultar a administração. O parlamentar afirmou que se sente bem à vontade em dizer que fez o requerimento não apenas porque o prefeito precisava de um olhar dele, mas porque ele - como vereador - tem interesse em opinar sobre o Plano.

Para Valdir Santos, o Plano Diretor deveria ser revisado com cinco anos, e já tem 13 anos que não é atualizado. Segundo ele, a Câmara gastou muito para fazer as audiências com a população - e quando estava com mais de 300 emendas e já se encontrava na segunda discussão, a votação foi suspensa pela Justiça.

"Eu me absteve da votação da retirada porque não concordo que o Plano retorne para a Prefeitura. Entendo que a gente não pode levar mais gastos do dinheiro público à população aracajuana. Se o prefeito quiser fazer qualquer mudança, ele tem maioria na Casa. Quanto aos códigos, nenhum deles tinha sido votado, mas foram retirados. Não precisava disso, a CMA tinha de aguardar a decisão da Justiça", justifica.

Iran Barbosa vê a iniciativa com preocupação. "A retirada pode desconsiderar todo o trabalho que foi feito por um longo período na Casa, envolvendo audiências públicas e a participação da população. A retirada pressupõe que vai se reiniciar o processo, e isso termina gerando certa apreensão", avalia.

SINAL DE ALERTA

Conforme Iran, o Plano deveria ter sido revisado em 2005, o processo se arrastou por um longo período e não houve a revisão. "Nós, agora, vamos ter que começar da estaca zero, e isso é muito preocupante, porque enquanto as regras de ocupação do solo e do espaço da nossa cidade não são definidas, continua predominando a vontade das grandes construtoras, que terminam ocupando os espaços de acordo com a necessidade de seus interesses", diz.

O coordenador do Fórum de Defesa da Grande Aracaju, José Firmo dos Santos, disse que se posicionou contra a forma como a CMA votou o Plano Diretor até o final do ano passado, porque a maioria das propostas oriundas dos movimentos sociais definidas nas audiências públicas foi rejeitada. "A questão do índice do aproveitamento do solo foi um dos itens derrubados. Esse índice define quanto a pessoa pode construir em seu terreno. De acordo com o que é preconizado pelo Ministério das Cidades, o índice deve ser em torno de um, mas, em Aracaju, não tem nenhum limite", diz.

LICENCIAMENTOS

Segundo Firmo, a ideia inicial era que esse índice fosse limitado e o limite máximo não seria nem o um, indicado pelo Ministério das Cidades, mas três, como constava na emenda apresentada pelos vereadores

Emerson Ferreira, PT, e Bertulino Menezes, PSB, mas a proposta foi derrubada pela maioria dos vereadores.

Outro ponto reprovado foi a da faixa litorânea não edificante, que seria a área de 100m desde a maré mais alta até entrando para o continente. Mas os vereadores foram contrários também a essa proposta, e não apresentaram nenhuma alternativa.

"A altura dos prédios, junto a outros parâmetros urbanísticos, como recuo e afastamento dos edifícios em relação à rua e a outros prédios, a questão da taxa de impermeabilidade, isso tudo foi derrubado. Essas eram propostas mais avançadas, mais modernas e ambientalmente mais corretas", avalia.

De acordo com Firmo, antes da retirada dos projetos da CMA, o Fórum entregou uma correspondência ao se-

cretário municipal do Meio Ambiente, Eduardo Matos, apresentando a preocupação da entidade em relação aos licenciamentos. Conforme ele, a legislação existente está com leis de diversos períodos. "Como temos leis em vigor das décadas de 60, 70, 90 e do ano 2000, pedimos ao secretário que a Prefeitura suspendesse os licenciamentos, pelo menos dos grandes empreendimentos, da Zona de Expansão e do Litoral da Capital, até que o Plano Diretor fosse aprovado", diz. Para Firmo, essa medida iria evitar o crescimento desenfreado e a agressão ambiental nessas áreas.

tando o **Ministério Público**,

aspectos que eram do an-
seio da coletividade foram
retirados. A rediscussão
vai ser feita em um bom
momento, já que, agora,
existe a Secretaria do Meio
Ambiente", afirma.

Segundo ele, quando o
prefeito abrir o debate, se-
rão levados todos os temas
relevantes da área ambiental
para a mesa de discussão.

"Nos temos a questão da
impermeabilidade do solo,
taxa de ocupação, gabari-
to mínimo, áreas verdes,
arborização obrigatória,
enfim, vários temas que são
fundamentais para o futuro
da cidade de Aracaju", diz.

O secretário também é
de opinião que não se deve
discutir tudo e começar
do zero. "Nós temos que
escolher os temas mais po-
tênciosos que ficaram em
aberto, os assuntos que fo-
ram objeto de maior crítica
por todos os movimentos
da sociedade civil, são esses
temas que devem ser o foco
da discussão", avalia.

Eduardo Matos acrescen-
tuou que o Plano Diretor que
vai ser votado agora garante
o crescimento de Aracaju e a
qualidade de vida da Capital
até 2050. Quanto ao prazo
de retorno à Câmara do
Plano Diretor, ele disse que
o prefeito é quem vai definir
quando as discussões deve-
rão ser retomadas. "Na hora
em que ele convocar para o
debate de revisão dos pontos
polêmicos, a Secretaria do
Meio Ambiente estará pron-
ta para isso", declara.

PONTOS POLÊMICOS

Eduardo Matos disse que
a retirada dos projetos foi
feita porque o Plano apre-
senta inconsistências. "Par-
ticipei de vários debates,
anteriormente represen-

Projetos retirados de tramitação na Câmara Municipal de Aracaju

Projeto de Lei Complementar nº 2/2013, que concede incentivo fiscal para empresas do segmento da saúde
Projeto de Lei Complementar nº 6/2010, que revisa o Plano Diretor
Projeto de Lei Complementar nº 7/2010, que institui o novo Código de Obras
Projeto de Lei Complementar nº 8/2010, que revisa o Código de Postura
Projeto de Lei Complementar nº 9/2010, que institui o Código do Meio Ambiente
Projeto de Lei Complementar nº 10/2010, que institui o Código de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
Projeto de Lei Complementar nº 15/2012, que institui o Plano de Mobilidade Urbana

Fonte: Câmara Municipal de Aracaju

OPINIE@INFORM.COM.BR

OPINIE@INFORM.COM.BR